



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

2ª ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2021 PMM

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de 2021, às 13h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Maricá, reuniu-se sob a coordenação da Pregoeira FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS, os membros: **Luciana dos Santos Silva Duarte, Thatia Correa Schmidt, Alessandra da Silva Vargas, Natalí Rita Quintanilha de Oliveira Douglass, Juliana Lopes da Silva Carvalho, Gustavo Luiz Santana de Araújo e Amanda Monteiro Machado Marques**, para proceder à compilação das informações quanto a análise do relatório anexo das marcas das propostas ofertadas pelas empresas participantes, emitido pela secretaria requisitante; assim como verificar as demais formalidades exigidas do Edital do Pregão Presencial n.º 10/2021, autorizado no presente processo, pela lavra do Ordenador de Despesa. Antes de iniciarmos, registra-se que a análise foi balizada pelos princípios do formalismo moderado, razoabilidade, economicidade e busca da proposta mais vantajosa. Sendo o resultado o que segue: a proposta da empresa SERVILAGOS COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI foi desclassificada devido à ausência de marca nos produtos ofertados, impossibilitando a análise da mesma. Quanto a proposta da empresa **DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI** não foi encontrada a marca “PARAGAM” informado no item 6; sendo solicitado, via e-mail, à empresa a comprovação da existência da marca; sem resposta até o momento. As empresas **CONSTRULIMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, EFATÁ COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI** e **MASTER COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI** devem retificar a informação quanto a validade de suas propostas na sessão de continuação, caso contrário terão suas propostas desclassificadas. As empresas **PR ENG. E MANUTENÇÃO EIRELI, SMS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA, FL DA CUNHA SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI, R-NIT COMÉRCIO E SERV. EIRELI** e **LL GASPAR COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** apresentaram todas as informações necessárias. Quanto a solicitação de desclassificação feita pela representante da empresa **DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS EIRELI**, na sessão anterior, das empresas **CONSTRULIMP INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI, MASTER COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, PR ENG. E MANUTENÇÃO EIRELI, SMS COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA** e **R-NIT COMÉRCIO E SERV. EIRELI** pela não apresentação de declaração

independente de proposta; a mesma não prospera devido a referida declaração não contar como exigência do Edital. Houve solicitação, via e-mail, pela empresa **EFATÁ COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI** acerca da possibilidade de desistência da proposta ofertada; sendo informado que renúncia de participação é vedada após a apresentação da proposta, conforme previsão do edital no item 20.10; e ainda, a alegação de que os preços estão incompatíveis com os praticados no mercado não se reveste de fundamentação justa decorrente de fato superveniente; uma vez que ao apresentar sua documentação de credenciamento foi apresentada a Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, sendo um dos documentos necessários à habilitação a Declaração de que recebeu todos os documentos e informações necessários para participar da licitação, sendo assim, ao apresentar sua proposta na sessão vinculou-se as regras editalícias e a desistência nesse momento configura conduta passível de aplicação de sanção conforme entendimento pacificado na jurisprudência pátria.

“a desistência de proposta em momento inoportuno somente é aceita sem a aplicação de penalidade se apresentado justo motivo, sendo de atribuição da Comissão de Licitação a valoração da justificativa apresentada pelos licitantes. Além disso, mera alegação de que não teve a intenção de prejudicar o certame e de causar prejuízo ao erário é insuficiente, a meu ver, para afastar a penalidade que decorre da desistência da proposta, sendo de responsabilidade dos licitantes os ônus daí decorrentes, salvo justificativa relevante, o que não se verificou no caso concreto”. Concluiu, ainda, que “não houve concordância do pregoeiro que conduziu o certame quanto à desistência manifestada pela agravante, mas apenas registro no sistema e expressa ressalva de que o respectivo ato seria posteriormente analisado pela Assessoria Jurídica (...) para fins de aplicação ou não das penalidades cabíveis. Dessa forma, não há que se falar em desproporcionalidade da penalidade sob o argumento de que sua desistência foi autorizada pelo pregoeiro”. Por essas razões, negou-se provimento ao agravo de instrumento. (TRF 1ª Região, Agravo de Instrumento nº 0069307-22.2013.4.01.0000/PA)

Diante do exposto, a elaboração do ranking será realizada em sessão, considerando as pendências de saneamento de proposta que dependerá do comparecimento dos representantes na sessão de continuação. Cabe ressaltar que os e-mails de contato estão anexos. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e, para constar, a presente ata que, após lida e acatada, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de apoio.

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS
Pregoeira

Maricá, 17 de agosto de 2021

Membros Da Equipe De Apoio	
Alessandra da Silva Vargas	Amanda Monteiro Machado Marques

Gustavo Luiz Santana de Araújo	Natalí Rita Quintanilha de Oliveira Douglass
Luciana dos Santos Silva Duarte	Thatia Corrêa Schmildt
	Juliana Lopes da Silva Carvalho